A LEGITIMIDADE DOS CONHECIMENTOS ESTRATÉGICOS SOBRE AVALIAÇÃO DE RISCO MACROECONÔMICO BASEADO EM PARÂMETROS DA DÍVIDA PÚBLICA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

Rafael Sarto Muller[1]

Resumo: Segundo a Gestão do Conhecimento, os Conhecimentos Estratégicos são úteis aos processos decisórios, fazendo dessa utilidade sua legitimidade. No contexto da avaliação de risco soberano enquanto conhecimento estratégico, questiona-se o perfil dessa legitimidade. Metodologicamente, mesclam-se uma abordagem teórica e qualitativa para as seções que tratam da Gestão do Conhecimento e processo decisório com abordagem quantitativa uni e multivariada, segundo a Análise de Componentes Principais, para as seções que tratam das Avaliações de Risco-Brasil, variáveis macroeconômicas e Sistema da Dívida. Como principais resultados, demonstrou-se que o índice EMBI+ trata-se de um índice subjetivo e organicamente vinculado a todo o Sistema da Dívida. Este Sistema, por sua vez, está intrinsecamente relacionado com as mazelas sociais e o contexto socioeconômico e ambiental falido do Brasil contemporâneo. Conclui-se que a legitimidade dos conhecimentos estratégicos sobre avaliação de risco é forjada pelos detentores do poder, servindo-se a seus interesses.
Palavras-chave: Gestão do Conhecimento; Análise de Riscos; Sistema da Dívida

THE LEGITIMACY OF STRATEGIC KNOWLEDGE ABOUT MACROECONOMIC RISK ASSESSMENT BASED ON PUBLIC DEBT PARAMETERS IN DECISION-MAKING PROCESSES

Abstract: According to Knowledge Management, Strategic Knowledge is useful for decision-making processes, making this utility its legitimacy. In the context of the assessment of sovereign risk as strategic knowledge, it was questioned the profile of this legitimacy. Methodologically, it was mixed a theoretical and qualitative approach for the sections that deal with Knowledge Management and decision-making with a

1Mestrando em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local – Centro Universitário Una – rafaelmuller776@gmail.com

univariate and multivariate quantitative approach, according to the Principal Component Analysis, for the sections that deal with Risk Assessments-Brazil, macroeconomic variables and System of Debt. As main results, it was demonstrated that the EMBI+ index is a subjective index and organically linked to the entire Debt System. This System, in turn, is intrinsically related to the social ills and the failed socioeconomic and environmental context of contemporary Brazil. It was concluded that the legitimacy of strategic knowledge on risk assessment is forged by those in power, serving their interests.
Keywords: Knowledge Management; Risk analysis; Debt System

Introdução

Diversos são os tipos de conhecimentos. Do senso comum ao conhecimento científico, passando pela filosofia, metafísica e conhecimento artístico, todos possuem espaço para influenciar os processos decisórios, servindo-lhes de subsídios (FEYERABEND, 1977). Apesar disso, enquanto discursos, o status de legitimidade de cada um deles pode variar de acordo com o contexto, estando aí incluídas variáveis tanto culturais (como nas teocracias, em que o conhecimento religioso exerce um grande papel nos processos decisórios) quanto de relações de poder (a exemplo do conhecimento científico nas culturas ocidentais, que ganha status de verdade absoluta e objetiva, mais "legítima" para o processo decisório).

Os conhecimentos estratégicos, longe de serem uma categoria específica e bem delimitada de conhecimento dessa natureza, são aqueles considerados sensíveis e cujo valor baseia-se tanto no impacto potencial para os processos decisórios, quanto no caráter de exclusividade que seu detentor possui (AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, 2016). Naturalmente, portanto, sua origem pode decorrer de fontes do senso comum, do meio científico, ou quaisquer outras categorias outrora mencionadas. Em todo caso, os conhecimentos que ganham o status de estratégico dotam-se de uma legitimidade presumida de grande vulto. Compreender a real origem dessa legitimidade é o objetivo central do presente texto.

A título de contextualização e recorte, a espécie de conhecimento estratégico selecionada foram as avaliações de risco macroeconômico baseadas em parâmetros da Dívida Pública. A questão norteadora pode, então, ser formulada em

formato interrogativo: "qual a legitimidade do conhecimento estratégico sobre avaliação de risco macroeconômico baseado em parâmetros do Sistema da Dívida Pública nos processos decisórios"?

Para o caminho argumentativo em solução a essa pergunta, o presente texto está estruturado em quatro seções de apresentação de resultados teóricos e práticos e discussões, as quais respectivamente, tratam: a) dos tipos de conhecimento e seus limites, em abordagem teórica; b) das avaliações de risco macroeconômico, em abordagem quali-quantitativa univariada, apresentando dados do EMBI+ para o país; c) do Sistema da Dívida Pública e suas correlações do o cenário macroeconômico do país, em abordagem quantitativa multivariada, através do método da Análise de Componentes Principais (ACP) de 15 variáveis macroeconômicas selecionadas; d) da legitimidade, do poder e dos processos decisórios, em abordagem teórica.

Tipos de Conhecimento e seus Limites

Independentemente da tradição epistemológica adotada, todo conhecimento é dotado de opinião, crença e/ou formação cultural (FEYERABEND, 1977). Essa é uma decorrência lógica da própria natureza do conhecimento, que é, em última instância, segundo o pensamento Leibniziano, sempre empírico e intermediado pelos órgãos do sentido para sua obtenção ou órgãos cognitivos para sua manipulação, tratamento e modificação (MOREIRA, 2005).

Os sistemas de classificação e organização dos diversos tipos de conhecimento, portanto, prestam-se a alinhar a linguagem e permitir o desenvolvimento de propostas práticas de aplicação desses conhecimentos de modo útil à humanidade. Dialoga-se sobre preconceitos: como as ideias, em última instância, são particularíssimas, os diálogos estabelecem-se sobre preconceitos e juízos que são formas negociadas de observação do mundo, úteis à comunicação, mas capazes de grandes conflitos quando perdida a referência original ao sistema de classificação adotado (ARENDT, 2017).

Destacam-se três principais eixos de organização possível do conhecimento: a) quanto ao nível do processo decisório a que está associado; b) quanto ao grau de organização, manipulação ou tratamento do conhecimento até a sua forma final; c) quanto à sua expressão.

No nível do processo decisório, diferenciam-se em conhecimento operacional, tático e estratégico. O nível estratégico é o mais elevado dos três, estando vinculado diretamente àqueles conhecimentos úteis à formulação de estratégias, objetivos e diretrizes gerais de atuação de uma entidade. O nível tático, intermediário, presta-se ao planejamento das ações que serão tomadas para colocar em prática a estratégia estabelecida. No nível operacional, servem à execução ela mesma das ações em questão (AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, 2016; FUJIHARA, 2009).

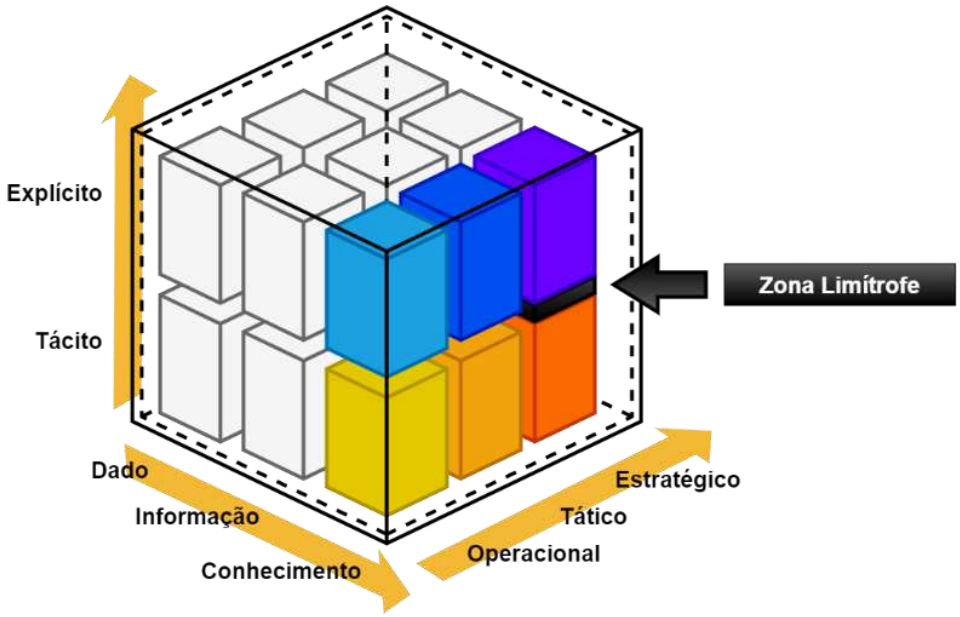
Quanto ao grau de organização, diferenciam-se: dado, informação e conhecimento. Dado remete à forma bruta do conhecimento, atômica, não manipulado por qualquer método, disposto da forma como é obtido em sua fonte original. Informação reflete o estágio intermediário, em que há organização e tratamento por métodos explícitos, integralmente reprodutíveis, de modo que o conjunto de dados, compondo uma informação, tornem-se potencialmente inteligíveis à mente humana. A forma final - conhecimento em sentido estrito - remete a um estado mais elaborado, decorrente do processamento interpretativo humano, em que são juntados ao conhecimento toda sorte de julgamentos de valor, juízos, etc. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, 2016). Por decorrência, apenas o conhecimento é tratado pela mente. Dados e informações são concepções ininteligíveis às faculdades humanas, disposições meramente teóricas decorrentes da junção da ideia de conhecimento com a noção de unidade fundamental de algum objeto.

Por fim, quanto à sua expressão, podem ser tácitos - conhecimentos decorrentes da experiência humana, não traduzidos em sua forma verbal - ou explícitos - aqueles já textualizados, no sentido mais abrangente da concepção de “texto”. Relativamente a essa diferenciação, autores como Martins e Miranda (2011) apontam, baseados nos estudos de Nonaka e Takeuchi (2008), que quatro processos de conversão são possíveis: externalização (tácito para explícito), internalização (explícito para tácito), socialização (tácito para tácito) e combinação (explícito para explícito).

Essas classificações podem ser organizadas visualmente conforme a Figura 1. A Figura 2 toma por exemplo os conhecimentos estratégicos para representar graficamente os processos de conversão desses conhecimentos segundo sua

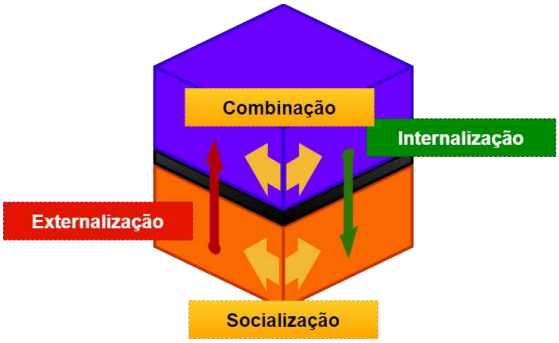
expressão, sendo relevante mencionar que tais processos podem ocorrer também com conhecimentos táticos e operacionais e entre tais categorias. Por fim, a Figura 3 destaca o recorte de pesquisa delimitado: interessa o conhecimento estratégico em sua forma limítrofe entre o explícito e tácito, em especial no momento de sua internalização, quando o conhecimento estratégico explícito vai conformando-se em tácito na mente humana e, assim, acaba por determinar a decisão final.

Figura 1 – Organização dos tipos de Conhecimento, segundo a Gestão do Conhecimento



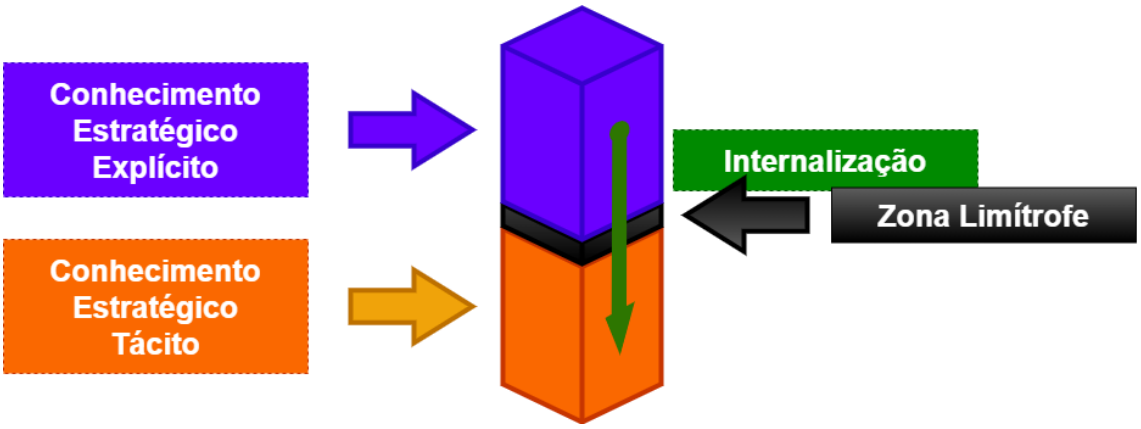
Fonte: elaboração própria.

Figura 2 – Processos de transposição entre conhecimentos tácitos e explícitos.



Fonte: elaboração própria.

Figura 3 – Destaque do processo de Internalização do Conhecimento Estratégico



Fonte: elaboração própria.

Conforme Lins (2003, p. 44 apud MARTINS; MIRANDA, 2011, p. 140), "O conhecimento tácito não é encontrado em manuais, livros, bancos de dados ou arquivos. É um conhecimento que se instala nas mentes pelo hábito, pelas crenças, pela aplicação de valores". Assim, para a decisão final, todo conhecimento explícito que serviu de suporte é convertido em hábito, ação tácita, comportamento privado não-verbal, que é a própria escolha feita no âmago da mentalidade do sujeito decisor.

Nesse momento, parece relevante retomar a questão norteadora do presente texto. Ao se questionar a legitimidade decisória, questiona-se o que faz com que alguns conhecimentos estratégicos explícitos prevaleçam sobre outros quando da sua conversão em conhecimento estratégico tácito no momento da decisão que delimitará as estratégias e objetivos de um sujeito. Por que se opta pelo que se opta? No recorte do risco macroeconômico e Dívida Pública, o que faz com que esta seja considerada um bom e inquestionável parâmetro para o risco? O que faz com que se opte por acatá-la inquestionavelmente? De onde decorre a legitimidade desse conhecimento estratégico?

Uma vez que o presente texto segue os ensinamentos de Feyerabend (1977) no sentido de que não há hierarquia legítima entre conhecimento científico e outras formas de conhecer, adota-se o conceito senso comum de legitimidade: aquilo que está conforme as leis, as regras. Ao inserir o elemento "legitimidade" com esse

sentido na questão norteadora, acaba-se por perguntar: por que a regra socialmente imposta é adotar a Dívida Pública como um parâmetro crível para o risco macroeconômico de um país [sendo que sequer se trata de um parâmetro confiável, uma vez que sequer fora alguma vez devidamente auditada]?

Avaliação de Risco Macroeconômico e Dívida Pública

As avaliações de risco importam. Segundo Calvi e Galdi (2014, p. 79), uma instituição normatizadora contábil internacional - o *International Accounting Standards Board* (IASB) -,

> alertando sobre a inadequação da contabilização dos títulos de dívida soberanos de alto risco, apresentou conteúdo informacional e causou alterações nos preços das ações de bancos da Alemanha, Espanha, França, Itália e do Reino Unido, que possuíam títulos gregos em suas carteiras.

Desse modo, um conhecimento estratégico explícito, sensível e oportuno fora internalizado por tomadores de decisão econômica (investidores privilegiados), gerando movimentação de capitais tal que fez variar os preços de ações de bancos de vários países.

Supérfluo estender-se na relevância da imagem institucional de uma organização para que o conteúdo das informações por ela divulgados sejam críveis e levados em consideração por tomadores de decisão. Segundo Watzlawick, Beavin e Jackson (1993), a comunicação analógica (que trata da relação, inclusive de poder) prevalece sobre a comunicação digital (conteúdo comunicado).

Supérfluo também meramente constatar a transferência do poder simbólico através das estruturas de entidade para entidade (BOURDIEU, 1989), uma vez que se trata de uma rede de reprodução baseada na confiança, argumento explicitamente demarcado como essencial para as relações baseadas em trocas de conhecimentos estratégicos (OLIVEIRA, 2018).

Interessa ao presente estudo o porquê de a transferência de poder dar-se de forma tão aparentemente sem ruídos, ainda que decorrente de uma série sequencial de passos. De onde surge a legitimidade que permite à informação transmitida uma tal integralidade que a faz ser tomada como conhecimento de valor pelos mais diversos sujeitos por que passa. A título de exemplo: por que inclusive cidadãos

comuns, quando têm acesso a tais conhecimentos através de notícias jornalísticas, reproduzem a plenos pulmões os discursos que sustentam o sistema que lhes oprimem?

No Brasil, é latente a existência de dívidas privadas tornadas públicas, dívidas prescritas reavivadas, dívidas cujos juros são lançados como amortizações, dentre outras situações e mecanismos que, literalmente, doam (entregam sem contrapartida) recursos da população a atores financeiros do mercado (FATTORELLI, 2013). Apesar de todas as denúncias e firmes indícios de irregularidades no Sistema da Dívida, esta ainda é utilizada como referência para análises de risco soberano, risco-país ou risco macroeconômico e detém legitimidade perante virtualmente todos os receptores dessas análises, qualquer que seja a posição de poder que possuam.

Um elemento interessante é a aparente contradição entre metodologias de análise de risco soberano, que pregam por uma objetividade não existente no campo do conhecimento (GOLDSTEIN, 2009). Documento oficial do IPEADATA, intitulado "Índice avalia com objetividade títulos da dívida dos países emergentes", trata do EMBI e EMBI+ lançado pelo banco JP Morgan para avaliação do risco-país de países emergentes, aí incluídos o Brasil e o Risco-Brasil.

Apesar do esforço retórico em pontuar a inexistência de conotações políticas para o índice e a sua estrita objetividade - "o EMBI+ é 100% objetivo" (IPEADATA, 2006, p.4 [em negrito na fonte original]) e "O EMBI+ é um instrumento 100% objetivo" (IPEADATA, 2006, p. 10) -, o mesmo documento admite a existência de efeitos - como o "efeito contágio" - em que flutuações ocorrem, uma vez que o índice espelharia o comportamento do mercado. Com o vínculo entre esses elementos, parte-se do princípio de que o comportamento do mercado seria 100% objetivo e auferível por um índice igualmente objetivo.

Ora: o instrumento pode ser objetivo no sentido de deixar transparente o processo de obtenção do resultado final a partir de suas fontes. Notadamente, trata-se de uma equação que apresenta a diferença entre taxas de retorno dos títulos públicos do país emergente e as taxas de retorno dos papeis do governo americano (IPEADATA, 2006). Isso, entretanto, não implica que as fontes sejam igualmente objetivas e nem o seja o índice final (dependente dessas fontes): em mercado livre,

as taxas de retorno dos títulos públicos do país são decisões arbitrárias anteriores, dotadas de uma série de subjetividades, inclusive políticas, o que se materializa, por exemplo, no “efeito contágio”, quando problemas econômicos e políticos de um país de uma determinada região influencia no preço dos papeis de outros países parceiros ou regionais.

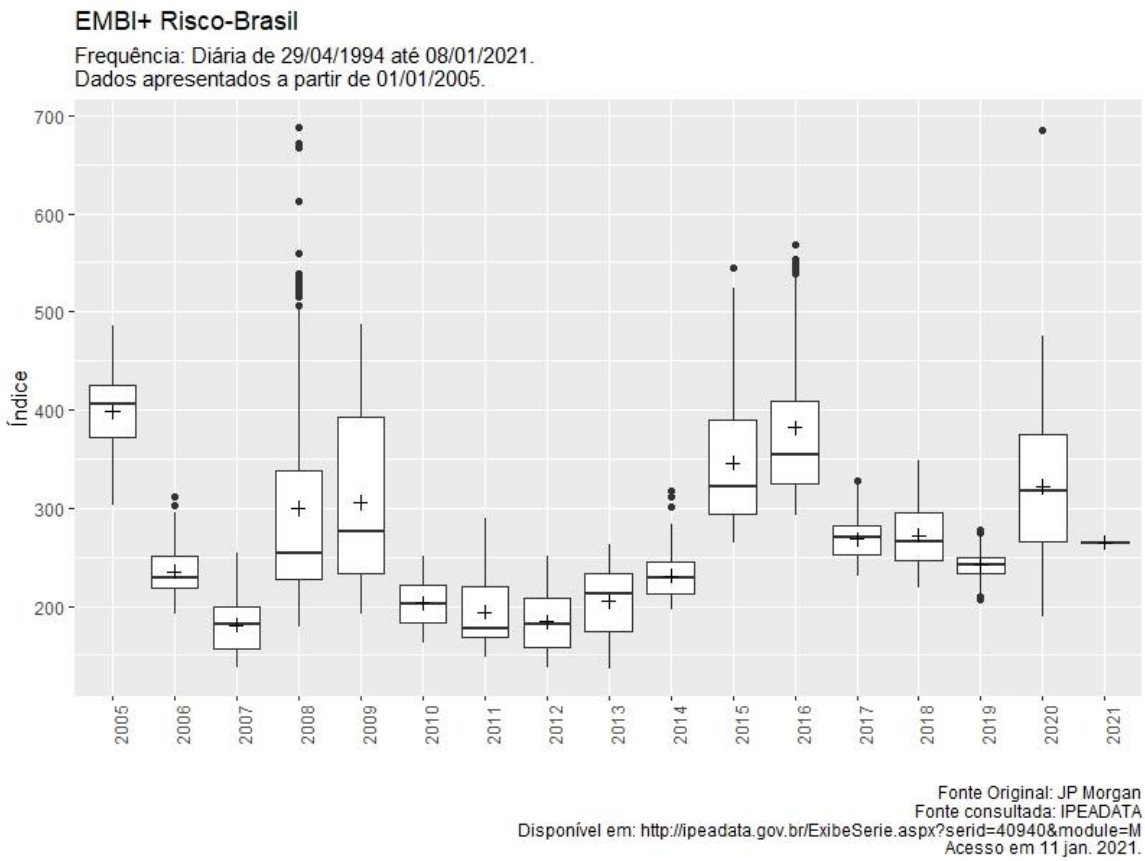
Em última instância, não só o índice é completamente subjetivo - dado pelos interesses arbitrários “do Mercado” - como é meramente travestido de objetividade. Muito pelo contrário, uma vez que os juros no Brasil são altos (TOLEDO, 2002) e a política monetária suicida (FATTORELLI, 2016), isso cria o ambiente para que os investidores exijam taxas de retorno altas para se investir aqui, aumentando o *spread* entre taxas de retorno dos papeis brasileiros e americanos e, só então, aumentando o Risco-Brasil.

Mais que isso, toda percepção de risco subjetivo que fornece as fontes para os “dados objetivos” está vinculada ao cunhado “Sistema da Dívida”, um conjunto de mecanismos que englobam as diversas políticas macroeconômicas (monetária, agrícola, creditícia, etc.) e se organizam para alimentar o rentismo e a financeirização do país. Não à toa, já em 2016 a autora dizia:

> Além de não controlar a inflação, os juros elevados têm afetado negativamente não só a economia pública – provocando o crescimento exponencial da dívida pública, que exige crescentes cortes em investimentos essenciais –, mas também têm afetado negativamente a indústria, o comércio e a geração de empregos. Por sua vez, a redução da base monetária utiliza mecanismos que enxugam cerca de R$ 1 trilhão dos bancos, instituindo cenário de profunda escassez de recursos, o que acirra a elevação das taxas de juros de mercado e empurra o país para uma profunda crise socioeconômica. (FATTORELLI, 2016)

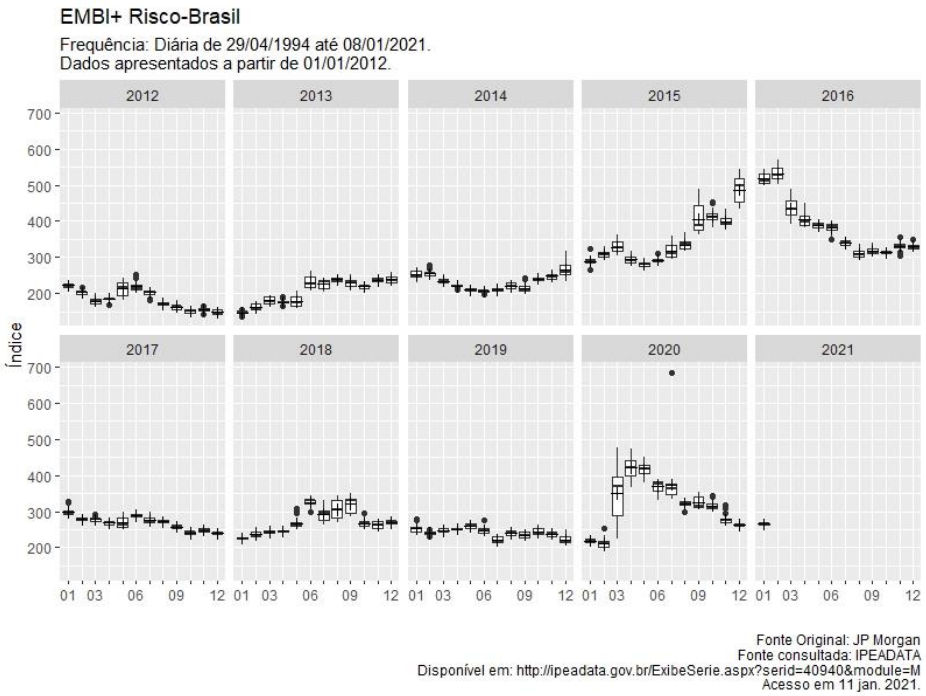
As Figuras 4 e 5 apresentam o EMBI+ do Brasil em seus comportamentos anual e mensal, respectivamente. Como são os juros, a política monetária e os paradigmas macroeconômicos adotados pelo país que determinam o risco, isso parece explicar a elevação do EMBI+ em 2015-2016, quando a alteração dos tomadores de decisão em nível estratégico (cúpula do poder) permitiu a mudança desses fatores para um todo outro modelo.

Figura 4 – Série histórica anual do Risco-Brasil segundo o EMBI+ - 2005 a 2021



Fonte: elaboração própria com dados de (IPEADATA, 2021).

Figura 5 – Série histórica mensal do Risco-Brasil segundo o EMBI+ - Jan/2012 a Jan/2021



Fonte: elaboração própria com dados de (IPEADATA, 2021).

Essa análise, entretanto, não é imediata. Alguns questionamentos adicionais são relevantes: houve, de fato, alteração nas políticas de juros, monetária e paradigmas macroeconômicos no Brasil em meados de 2015 e 2016 que justifiquem esse incremento do risco? O país voltou ao que era antes com a redução do risco ou todo o Sistema, após 2015 e 2016, está reformulado e reestruturado? Se sim, para quê? São esses os questionamentos adicionais que levam à próxima seção.

Cenário Macroeconômico Brasileiro e o Sistema da Dívida

Até o momento, perseguiu-se a tese de que o Risco-Brasil (ou risco-país, risco soberano ou risco macroeconômico) é, sim, um elemento absolutamente subjetivo, em que pese os argumentos em favor de sua aparente objetividade. Na sequência, defende-se que ele se vincula única, direta e intrinsecamente ao Sistema da Dívida, sendo este que se vincula organicamente com o restante do cenário macroeconômico brasileiro. Veja-se: o risco não é dado pela dívida pública em si (seu volume, por exemplo), mas pelo Sistema da Dívida, conjunto quali-quantitativo de mecanismos e funcionamento dessa dívida.

METODOLOGIA

Adotou-se abordagem quantitativa multivariada, utilizando-nos do software R e do método de Análise de Componentes Principais (ACP) como guia. As variáveis macroeconômicas foram todas selecionadas de séries do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central do Brasil (BCB), colocadas ao lado do EMBI+ da JP Morgan, divulgada pelo IPEADATA. Assim, das 15 variáveis analisadas, 14 delas foram do SGS. A figura 8 contém a listagem nominal das variáveis elencadas para o presente estudo.

Conforme Ramos (2005, p. 37),

> A ACP envolve um procedimento matemático que produz uma transformação linear de um conjunto de r variáveis, possivelmente correlacionadas, em um conjunto de r variáveis não correlacionadas, denominadas componentes principais, de tal forma que: a primeira componente principal possui a maior variabilidade; a segunda possui a segunda maior variabilidade; e assim sucessivamente. Dessa forma, uma das principais aplicações da ACP é reduzir o conjunto de variáveis (originais) a um conjunto menor de variáveis (não correlacionadas), considerando apenas as primeiras componentes principais, sem perda de informação significativa (CHATFIELD E COLLINS, 1980).

A apresentação dos resultados de uma análise multivariada dá-se em dois produtos: a) um gráfico para observação da disposição de seus pontos, que caracterizam as observações; b) uma tabela de correlações, que demonstram a importância de cada variável para a formulação das componentes principais (PC). Estas - as componentes principais - são variáveis complexas, formadas pela composição de várias variáveis simples, tendo cada variável um peso maior ou menor na caracterização da PC (RAMOS, 2005).

No presente estudo, as observações são os trimestres de 2012/1T a 2020/3T. Cada trimestre possui valores para todas as variáveis estudadas. Por exemplo, para 2012/1T: a) o Risco EMBI+ (médio no trimestre) fora 200,87; b) a taxa de desocupação, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), estava em 7,9%; c) a Dívida Bruta do Governo Geral compreendia 52,28% do Produto Interno Bruto (PIB); etc. No todo, cada trimestre funciona como uma observação para o conjunto de variáveis macroeconômicas selecionadas, que, em

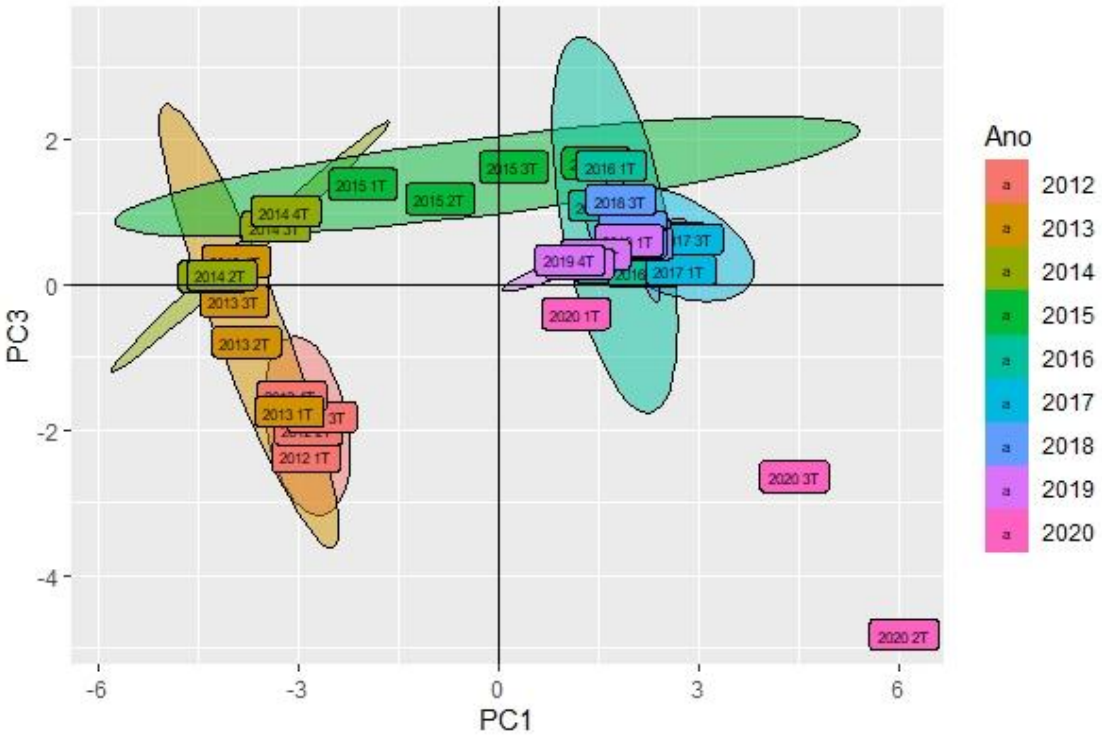
conjunto, pretendem caracterizar em linhas gerais o comportamento imposto à economia brasileira a cada tempo.

Assim, no gráfico produzido pela ACP, pontos próximos entre si possuem comportamentos semelhantes. O detalhamento desse comportamento (o que é de fato) é obtido na tabela de correlações.

RESULTADOS quantitativos E DISCUSSÃO

Como resultados (Figura 6), tem-se que: a) de 2012/1T a 2013/3T, os dados concentram-se no terceiro quadrante do gráfico de disposição das observações; b) de 2013/4T a 2015/2T, os dados encontram-se no segundo quadrante; c) de 2015/3T a 2019/4T, no primeiro quadrante; d) 2020/1T a 2020/3T está no quarto quadrante; e) 2015 é um ano que funciona como uma ponte que separa os pontos do gráfico, caracterizando uma abrupta mudança no perfil comportamental de nossa economia.

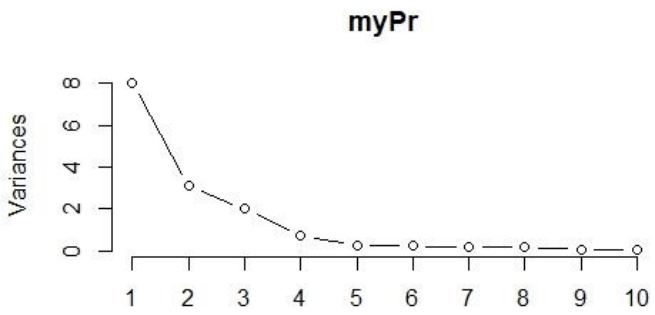
Figura 6 – Análise Multivariada de 15 variáveis macroeconômicas selecionadas.



Fonte: Elaboração própria com dados de (IPEADATA, 2021) e (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

A opção pelo gráfico definido pelas PC1 e PC3 (em vez de PC1 e PC2) deu-se pela melhor disposição gráfica dos grupos nos quadrantes. Essa opção pode ser considerada uma vez que as variâncias para PC2 e PC3 se encontram próximas uma da outra (Figura 7).

Figura 7 – Importância das Componentes Principais (PC's) na explicação dos dados.



Fonte: Elaboração própria a partir do tratamento dos dados de (IPEADATA, 2021) e (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Como se vê, para as variáveis analisadas, após 2015, com exceção do atípico ano de 2020, é mantido um quadro de valores de PC1 e PC3 positivos, caracterizando um comportamento macroeconômico bastante similar entre si. O período de transição teve início, segundo essas mesmas variáveis, em 2013/4T, quando valores de PC3 tornaram-se positivos. Ao longo de 2015, PC1 passa de valores negativos para positivos. A conjuntura anterior (2012 e 2013) era de valores negativos tanto de PC1 quanto de PC3.

O significado de PC1 e PC3 pode ser identificado na Figura 8. PC1 está fortemente relacionado com valores altos da dívida bruta do governo geral (DBGG), altas taxas de desocupação, baixos valores de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e baixos valores de PIB da Indústria. PC3, ainda que com correlações mais fracas, está mais proximamente vinculado a altos valores de consumo do governo e pagamento de juros das dívidas externa e interna - um indicador da sustentabilidade da dívida, apesar de não suficientemente crível por ser conhecida a prática corriqueira de lançamento de parte dos juros como se fossem amortização

(FATTORELLI, 2013). Essas são as características dos pontos no primeiro quadrante (de 2015/3T a 2019/4T), uma vez que é a região em que valores são positivos de PC1 e PC3. São, também, as características opostas a 2012 e 2013.

Figura 8 – Lista de variáveis compreendidas no estudo multivariado e correlações com as mais relevantes Componentes Principais (PC1, PC2 e PC3).

Fonte: Elaboração própria a partir do tratamento dos dados de (IPEADATA, 2021) e (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

O governo, então, passou a gastar mais com juros das dívidas públicas, uma vez que, concomitantemente, aumentou-se a desocupação e reduziu-se a atividade industrial. A ponte para suicidar o país deu-se em duas etapas mais ou menos sequenciais: primeiro, um incremento de PC3, depois, repercussão nos valores de PC1. Significa, portanto, que primeiro se incrementaram os gastos direcionados ao Sistema da Dívida e fora esse movimento que levou à bancarrota todo o funcionamento econômico do país.

Mirar também nas não-correlações leva a *insights* interessantes. Quanto às contas do PIB para Indústria, Serviços e Agropecuária, as correlações com as mudanças econômicas dos dois últimos é menor que para o primeiro. Banqueiros (importantes representantes do setor de Serviços) e o agronegócio brasileiro, portanto, são menos sensíveis às crises, sendo protegidos pelas medidas político-

econômicas adotadas, fato também nada novo, mas interessante de ser atestado quantitativamente em nossa análise.

Na mesma esteira, menor é a importância das análises de risco macroeconômico (EMBI+) e setoriais (Índice de Basileia) no funcionamento da economia. Ou seja: as avaliações de risco não guardam relação orgânica com o comportamento macroeconômico de um país. Fica exposto, portanto, que, em que pese os cálculos objetivos, suas fontes se baseiam na percepção subjetiva de determinados atores com relação à realidade macroeconômica do país, mas atores não suficientemente informados sobre essa realidade ou a ignorando propositalmente.

Em 2020, com a pandemia do coronavírus, um abrupto movimento de rebaixamento de PC3 e aumento de PC1 ocorrera. Estando PC3 positivamente correlacionado com Consumo do Governo e PC1 negativamente relacionado com a mesma variável, isso demonstra atuação do governo no sentido de reduzir custos, em que se pese o cenário de crise social e econômica estabelecido, altamente demandante pelo incremento dessa conta para reaquecimento econômico e garantia a direitos sociais basilares. Apesar disso, a DBGG continuou em ascensão (PC1 fortemente positivo) e os cortes deram-se quase exclusivamente em setores de interesse social nacional, mantendo-se os pagamentos fieis ao Sistema da Dívida, em especial na variável de Juros Externos, cuja relação com PC1 é praticamente nula.

Tudo se resume, portanto, a princípios e visões de mundo: o plano epistemológico da hegemonia, segundo Gramsci (1999). As avaliações de risco são uma ferramenta forjada de ameaça contra os países, construída juntamente ao Sistema da Dívida, para dar-lhe ares de legitimidade.

Tal conjuntura - usar uma dívida nunca auditada como parâmetro para análises de risco -, se lógica do ponto de vista das contradições existentes entre as nações no contexto internacional (é do interesse de outros países que o Brasil seja classificado como de alto risco, para que este possa ser explorado por agentes externos através dos juros do sistema bancário), é ilógico que seja defendida também por atores nacionais. Disso decorre que não está no conteúdo a razão de

ser da transferência de legitimidade do conhecimento estratégico, como outrora já constatado.

Legitimidade, Poder e Processo Decisório

Não sendo possível também creditar a legitimidade das análises de risco unicamente à figura de seus detentores (posto que ela se mantém quando o conhecimento é compartilhado com setores populares), resta a opção de que esteja na estrutura discursivo-epistemológica do conhecimento - o plano epistemológico de Gramsci (1999). Por estrutura discursivo-epistemológica tomamos o conteúdo das premissas sob as quais os argumentos são apresentados. Estruturalmente, os conhecimentos possuem “conteúdo” e “forma” e estão relacionados a outros conhecimentos tidos como conhecidos pelos receptores da informação externalizada. Esses conhecimentos - tidos por conhecidos - também possuem forma e conteúdo, ainda que a forma normalmente seja ocultada. Por se tratar de conhecimento tácito (forma abstrata), é considerado como dotado apenas de conteúdo concreto.

Inova o presente estudo ao propor que o conhecimento tácito também possua forma: abstrata, mas externalizável através dos processos de metacomunicação sobre essa forma. Não se pode reproduzir textualmente a forma abstrata do conhecimento tácito, mas pode-se construir novo conhecimento textualmente explícito sobre ela.

Esquematicamente, portanto, temos:

a) no conteúdo, um conhecimento explícito emitido pelos poderosos dizendo "a dívida pública é legítima como parâmetro de avaliação de risco";

b) no conteúdo, um conhecimento tácito sabido pela população dizendo "a dívida pública não é legítima como parâmetro de avaliação de risco";

c) na forma, um conhecimento explícito valendo-se do poder simbólico do emissor (um economista, um cientista econômico, um banqueiro, etc.) para organizar sua mensagem;

d) na forma, um conhecimento tácito em conflito interno, produzindo uma mensagem abstrata, limítrofe entre dois polos: da aceitação do conhecimento explícito que se internaliza em sua forma e conteúdo (sendo a forma "legítima", o conteúdo é

admitido acriticamente); da negação do conhecimento explícito, que se combate pela falsidade de seu conteúdo (sendo o conteúdo ilegítimo, há de ser a forma ilegítima). Como a forma prevalece sobre o conteúdo (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1993), mais usualmente a proposição de que "o conhecimento é legítimo posto que a pessoa emissora do conhecimento é considerada 'legítima'" prevalece sobre a sua alternativa. No contexto grupal, prevalecem as vozes sonantes do discurso do Mercado, ainda que as vozes dissonantes possam ser ouvidas se a devida atenção for prestada. Essa prevalência, entretanto, não decorre do conteúdo ou da forma da mensagem, mas da visão de mundo pregressa que nos receptores da mensagem fora criada – toda uma nova-racionalidade (GRAMSCI, 1999).

Como se vê, o problema reside na região limítrofe e dinâmica da internalização do conhecimento explícito em tácito no cidadão comum, decisor importante sobre engajar-se ou não na luta social por seus direitos. O conhecimento estratégico sobre risco macroeconômico, portanto e por óbvio, não pode ser exclusivo dos decisores privilegiados.

Ele legitima-se não de acordo com o conteúdo que é apresentado (que é falso) ou apenas em face de uma entidade hierárquica (que é usurpadora do poder), mas porque acredita no sistema lógico imposto, sistema esse dotado de uma série de premissas básicas, das quais três são elencadas: a) do individualismo, da existência de diferenças entre os seres humanos, que legitima a concorrência e competitividade perante o coletivismo; e o dualismo perante o monismo, em uma lógica de oposição entre escassez e abundância de riquezas (a minha abundância depende da escassez para o outro); b) do culto à aceitação como método para encontrar a felicidade, de modo que a luta social é desmerecida como caminho, sugerindo-se aceitar o sistema hierárquico como está posto do que lutar contra suas bases fundantes; c) do sistema lógico, que pressupõe que determinadas ações devem ser tomadas para atingir determinados objetivos, e que recompensa o indivíduo pelo sucesso no atingimento dos objetivos, não se preocupando – deliberadamente – em questionar os objetivos postos.

Perverso é que o próprio sistema lógico (filosófico-epistemológico) é usado contra o povo. Se as ações alinhadas com os objetivos estratégicos (propostos pelos

poderosos) os sustentam, é preciso derrubar a lógica estrutural (forma) de alinhamento entre diretrizes, objetivos e ações.

Posto em outros termos, revela-se um paradoxo: de um lado, seria ilógico agir (ação, dado, conhecimento operacional) de modo contrário às diretrizes postas (estratégia, conhecimento, conhecimento estratégico) – a crença geral nos informa que é preciso que as ações estejam alinhadas às diretrizes, sem se questionar que diretrizes são essas; doutro lado, uma vez que a mudança não é possível a partir "de cima", da estratégia (como é uma área privativa dos poderosos, as diretrizes que lhes favorecem nunca mudarão), o mais lógico ao cidadão comum é agir exatamente de modo contrário às diretrizes - ou seja, ilogicamente. A racionalidade precisa ser combatida, em especial quando se conforma enquanto uma nova racionalidade economicista (GRAMSCI, 1999).

Em última instância, demonstra-se que a autoproclamada ciência é, antes, um julgamento de valor entre o que é lógico e o que é ilógico, entre o racional e o irracional, colocando-se sempre ao lado dos primeiros. Sendo a ciência um discurso estratégico na dominação dos sujeitos trabalhadores, ela prega por um "logicismo" que vincula a todos, quando o mais adequado em prol de uma sociedade realmente livre torna-se agir contra a própria ciência como está posta (FEYERABEND, 2011). Deve-se agir "como um agente secreto que participa do jogo da Razão para solapar a autoridade da Razão" (FEYERABEND, 1977, p. 44).

A ciência não possui nada em si mesma - enquanto conteúdo - que a faça mais legítima para a tomada de decisão do que todas as outras formas de conhecimento (conhecimento social, senso comum, arte, filosofia, etc.). Ao contrário, seu conteúdo, como demonstrado, pode ser escancaradamente falacioso. Todos estão, portanto, convidados a participar do jogo do conhecimento, em sua forma mais pluralista e inclusivas, para que as decisões a serem tomadas sejam também pluralistas e inclusivas (FEYERABEND, 1977).

Conclusões

A legitimidade não existe. Trata-se de uma construção discursiva forjada pelos monopolizadores do poder para submeter toda a sociedade a seus mandos e desmandos de forma aparentemente justificável. Outrora (mas ainda hoje), o poder

militar justificava-se pela guerra e rivalidade entre povos. Esse poder, além de perseverar, transmuta-se em um misto entre "conhecimento estratégico" (de status "científico") e do poder econômico (também travestido de "conhecimento científico" a partir da "ciência econômica" como "ciência social aplicada").

No percurso deste texto, iniciou-se por compreender como estão estruturadas as classes de conhecimento segundo as classificações que o conhecimento científico as propõe como forma de garantir seu poder simbólico sobre o conhecimento. Na sequência, puxou-se a linha do novelo da estrutura de poder e aparente legitimidade (como regra, decorrente do poder "superior" das leis, emanadas do próprio Poder), para identificar o evidente: que o poder é histórico e transmitido até os dias de hoje, valendo-se dessa autoridade para tentar mantê-la. Por fim, destacou-se que para lutar contra a lógica do poder, será preciso lançar mão da ilogicidade e de pluralizar os discursos em torno da noção de verdade e conhecimento. Ilogicidade no sentido de agir conforme as próprias leis e diretrizes, e não conforme a lógica imposta, em prol das leis e diretrizes dos poderosos.

O próprio sistema de classificação de conhecimentos em “conhecimentos operacionais” (a que têm acesso os trabalhadores, mas são conhecimentos pouco úteis) e “conhecimentos estratégicos” (privilegiados e muito úteis) é uma estrutura de dominação. Enquanto tal, não é objetiva nem imparcial, e opera em prol dos interesses dos poderosos. Em claro argumento de combate a essa estrutura, conclui-se dizendo: a Ciência da Informação, inocente ou não, está se prestando ao mal e precisa ser desconstruída.

Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Portaria N° 244-ABIN/GSI/PR, de 23 de agosto de 2016. Aprova os Fundamentos Doutrinários da Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/abin/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Col3v5.pdf/view. Acesso em: 1 dez. 2020.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS). 2021. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/. Acesso em: 12 jan. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0BxgqoVhThgkqMnh5UUtoOHZrTFE/edit. Acesso em: 6 abr. 2020.

CALVI, Cristina Zardo; GALDI, Fernando Caio. A opinião do normatizador importa?: análise do impacto da divulgação da carta do IASB nos retornos das ações dos bancos europeus com exposição em títulos gregos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 64, p. 79–91, abr. 2014. DOI 10.1590/S1519-70772014000100007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-70772014000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 9 jan. 2021.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados**. Brasília: Inove Editora, 2013. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Livro-Auditoria-Cidada-da-Divida-dos-Estados.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

FATTORELLI, Maria Lucia. O Banco Central está “suicidando” o Brasil. 2016. **Auditoria Cidadã da Dívida**. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil/. Acesso em: 12 jan. 2021.

FEYERABEND, Paul. **A Ciência em uma sociedade livre**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Ed. UNESP, 1977. Disponível em: https://soife.files.wordpress.com/2009/06/paul-feyerabend-contra-o-metodo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

FUJIHARA, Ricardo Ken. Gestão do conhecimento estratégico estudo dos subfatores sistêmicos aplicados à ECT. **Transinformação**, v. 21, n. 3, p. 249–266, dez. 2009. DOI 10.1590/S0103-37862009000300007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-37862009000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 8 jan. 2021.

GOLDSTEIN, Rebecca Newberger. **Incompletude: a demonstração e o paradoxo de Kurt Gödel**. 1. ed. Lisboa: Gradiva, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Selection from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci**. London: ElecBook, 1999. Disponível em: http://abahlali.org/files/gramsci.pdf. Acesso em: 26 nov. 2020.

IPEADATA. EMBI+ Risco-Brasil. 12 jan. 2021. **Ipeadata**. Disponível em: http://ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=40940&module=M. Acesso em: 12 jan. 2021.

IPEADATA. Índice avalia com objetividade títulos da dívida dos países emergentes. 2006. Disponível em: http://ipeadata.gov.br/doc/Metodologia%20Embi.doc. Acesso em: 12 jan. 2021.

MARTINS, João Batista; MIRANDA, Roberto Campos da Rocha. Aprimoramento de estrategistas e decisores novatos: a gestão do conhecimento estratégico aplicada ao Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília. **Transinformação**, v. 23, n. 2, p. 139–157, ago. 2011. DOI 10.1590/S0103-37862011000200005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-37862011000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 8 jan. 2021.

MOREIRA, Vivianne de Castilho. **Leibniz & a Linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

OLIVEIRA, Marcel Carrijo de. A confiança como requisito para a gestão de segurança em organizações de Inteligência de Estado. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 13, p. 61–76, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/abin/pt-br/centrais-de-conteudo/revista-brasileira-de-inteligencia/RBI13.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

RAMOS, Iloneide Carlos de Oliveira. **Metodologia Estatística na Solução do Problema do Caixeiro Viajante e na Avaliação de Algoritmos**: um estudo aplicado à Transgenética Computacional. 2005. 132 f. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

TOLEDO, Joaquim Elói Cirne de. Risco-Brasil: O Efeito-Lula e os Efeitos-Banco Central. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, n. 3, p. 524–532, set. 2002. DOI 10.1590/0101-31572002-1362. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-31572002000300524&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 9 jan. 2021.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação**. São Paulo: Cultrix, 1993.